

Carta de Princípios do IDDH

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH

Ao longo de mais de duas décadas de atuação, o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) construiu sua identidade e missão no compromisso ético com a promoção da dignidade humana, da justiça socioambiental, do desenvolvimento sustentável e da democracia participativa, através da Educação em Direitos Humanos e da incidência nos sistemas nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos.

Esta Carta de Princípios expressa os fundamentos éticos, políticos e metodológicos que norteiam nossas ações.

1. Direitos humanos como horizonte de transformação

O IDDH reconhece os direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. Defendemos sua efetivação como base para a construção de sociedades justas, democráticas, inclusivas e sustentáveis, com foco na superação das desigualdades estruturais, entre elas as de gênero, raça, classe, território e geração.

2. Educação como prática política e emancipatória

Nossa pedagogia é dialógica, crítica e inspirada na tradição do educador brasileiro Paulo Freire. Entendemos a Educação em Direitos Humanos como um processo contínuo de formação para a ação, de escuta e diálogo para a incidência, e de conhecimento crítico para a transformação social.

3. Incidência estratégica com base na escuta e na construção coletiva

Desenvolvemos metodologias que partem das vivências da sociedade, conectando suas realidades locais aos mecanismos internacionais. Acreditamos na potência da atuação coletiva como caminho para o fortalecimento da democracia e da justiça global.

4. Descentralização e democratização do acesso à informação e à participação

Nos comprometemos a criar recursos educacionais, metodologias e materiais acessíveis, inovadores e inclusivos, que facilitem a compreensão e a atuação nos sistemas de proteção dos direitos humanos, promovendo o protagonismo de defensoras/es, educadoras/es, juventudes e organizações da sociedade civil e movimentos sociais de todas as regiões do Brasil, América Latina e de todo o Sul Global.

5. Conexão entre saberes, territórios e articulação em rede

Nossas ações se estruturam na articulação com redes, movimentos e instituições diversas. Entendemos que os desafios da defesa dos direitos humanos exigem alianças éticas e estratégicas, construídas com respeito à diversidade, à autonomia e ao tempo de cada

processo coletivo. Valorizamos os territórios como espaços da vida, cultura e resistência e respeitamos a ancestralidade, os saberes tradicionais e os modos de vida dos povos originários e comunidades tradicionais, enxergamos neles pilares fundamentais para o enfrentamento da crise ecológica, para a preservação do meio ambiente e para a concretização de qualquer ideal de sustentabilidade.

6. Compromisso com as juventudes e com as futuras gerações

As juventudes são protagonistas do nosso presente e da construção de futuros mais justos, éticos e sustentáveis. Por isso, investimos na escuta ativa de suas vozes, na formação política e no fortalecimento de sua capacidade de incidir, imaginar e construir outros mundos possíveis.

7. Compromisso com a igualdade de gênero

Assumimos a equidade de gênero como um princípio estruturante de nossa atuação e transversal a todos os outros princípios. Reconhecemos que as desigualdades de gênero não existem isoladamente, mas se entrelaçam a marcadores sociais como raça, classe, geração e sexualidade, produzindo diferentes formas de opressão e exclusão social. Atuamos pela superação das violências que atingem, de forma desigual, mulheres, pessoas trans, travestis e não binárias, e pelo fortalecimento de suas vozes e protagonismos na construção de sociedades mais justas e plurais.

8. Cultura e arte como dimensão da política e da memória

Valorizamos a arte como expressão da luta por direitos, da pluralidade de vozes e da memória coletiva. A cultura é, para nós, um território simbólico potente para sensibilização, denúncia e construção de histórias que resistem e transformam, fortalecem e impulsionam a luta por direitos humanos.

9. Sustentabilidade

Acreditamos e promovemos um conceito de desenvolvimento sustentável que leva em conta toda a complexidade social, econômica e ambiental. Assumimos este desenvolvimento como um direito humano que reclama a releitura das mais diversas áreas e atividades da vida, assim como dos demais direitos sob as lentes da **justiça climática e intergeracional**. Entendemos que a efetivação deste direito exige uma transição justa fundada no princípio das responsabilidades comuns. Acreditamos, ainda, que tais deveres não se circunscrevem aos Estados, mas são compartilhados pela humanidade em toda a sua complexidade socioeconômica, cabendo maior contribuição àqueles com maiores capacidades e responsabilidade histórica.

10. Transversalidade e justiça socioambiental

Reconhecemos que as crises ambientais e climáticas não afetam às pessoas da mesma forma. Assumimos a justiça socioambiental como lente transversal de toda a nossa atuação, conectando a defesa do meio ambiente à luta contra o racismo ambiental e à proteção das comunidades e territórios historicamente marginalizados. Entendemos que não há Direitos

Humanos sem um meio ambiente equilibrado, assim como não há sustentabilidade sem justiça social, de gênero e racial. Ainda, acreditamos que qualquer forma de ação ambiental deve ter como pressupostos os direitos de acesso à informação ambiental, participação pública em decisões ecológicas e justiça ambiental.

11. Não-regressão

Assumimos o compromisso irrestrito com a progressividade dos direitos humanos, em obediência ao princípio da não-regressão. Rejeitamos categoricamente qualquer flexibilização, revogação ou fragilização de leis, políticas públicas, direitos humanos conquistados e padrões de proteção ecológica e territorial já alcançados. Entendemos que a emergência climática exige o contínuo avanço e fortalecimento das salvaguardas socioambientais, vedando-se decisões estatais ou corporativas que resultem no aumento da vulnerabilidade de populações e ecossistemas.

12. Transparência, Integridade e Não Corrupção

Assumimos a integridade e a ética como valores inegociáveis para uma democracia saudável pautada pelos direitos humanos. Repudiamos e combatemos a corrupção, o tráfico de influência, a lavagem de dinheiro, a dilapidação ou mau uso do patrimônio público em todas as suas formas e o recebimento de qualquer tipo de suborno ou propina, pública ou privada, e as enxergamos como instrumentos de aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e ambientais. Entendemos que o combate a estas práticas só é efetivo quando alicerçado em efetiva transparência, prestação de contas, controle social e responsabilização, sendo imprescindível, para tanto, a liberdade informacional em suas dimensões ativa e passiva, o fortalecimento do jornalismo independente, a garantia de mecanismos de denúncia e apuração, a participação cidadã ativa na condução da coisa pública e um espaço cívico forte que permita a coexistência de todos esses elementos. Nós nos comprometemos a conduzir nossas atividades e influenciar as de nossos fornecedores e parceiros sempre em consonância com estes princípios e visando à construção de uma democracia diversa e plural pautada por eles.